Lista unitária de ordenação final

Ordenação	Candidatos aprovados	Classificação da avaliação curricular	Classificação da entrevista prof. de selecção	Classificação final (valores)
1.º	Maria Manuel Trocado Fernandes	17,34	15	16,64
2.º	Orlanda da Conceição Pacheco de Brito	12,54	12	12,38

3 de Junho de 2011. — O Secretário-Geral do Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento, *A. Mira dos Santos*.

204769462

Autoridade para as Condições de Trabalho

Despacho n.º 16176/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos do artigo 72.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se publico que: Foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum para a carreira geral de assistente técnico do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nas posições remuneratórias da tabela remuneratória única e a produção de efeitos nas datas mencionadas, com os seguintes trabalhadores:

Com produção de efeitos a 01 de Julho de 2011:

António Anselmo Gonçalves Amaral, António Manuel do Cabo Gonçalves, Belarmino Pereira Vilas, Cidália Maria Português Carloto Narciso, Felisbela Odete Mendes Ribeiro, Francisco Paulo Teixeira Correia, José António Fernandes dos Santos, Lina Raquel Felizardo Gomes Luzio, Maria Cristina Rolo Doce Azenha, Mónica de Jesus Rangel Couceiro Machado, Sónia Teresa Simões de Oliveira Marques, Teresa Maria da Costa Custódio Martins, posicionados na 1.ª posição remuneratória, nível 5;

Ana Isabel Agostinho Cruz Murteira, Ana Maria Sequeira Silvestre, Carla Marina Leitão dos Santos, Paulo Alexandre Gonçalves Barreira, Zita Maria Rocha da Silva Assunção, posicionados entre a 1.ª e 2.ª posição e entre o nível 5 e 7;

Carla Maria de Oliveira Moreira Peneda, Maria Margarida Soares da Cruz posicionadas entre a 4.ª e 5.ª posição e entre o nível 9 e 10;

Cláudia Mestrinho Sobreiro, Marília de Lurdes Vítor Hugo Magalhães, Sara de Jesus Catalão Velez, posicionadas entre a 2.ª e 3.ª posição e entre o nível 7 e 8;

Jorge Alberto de Brito Ramalho, posicionado na 1.ª posição remuneratória, nível 5, com produção de efeitos a 01 de Agosto de 2011;

Maria do Rosário Louro Milheiro Silva Carvalho, posicionada na 1.ª posição remuneratória, nível 5, com produção efeitos a 1 de Setembro de 2011.

Os contratos estão sujeitos a período experimental, com a duração de 120 dias, de acordo com o disposto no artigo 78.º do RCTFP conjugado com o n.º 1 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, suplemento n.º 42, de 2 de Março de 2010.

15 de Novembro de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Forte*.

205386747

Despacho n.º 16177/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos do artigo 72.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se publico que: Foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum para a carreira geral de técnico superior do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nas posições remuneratórias da tabela remuneratória única e a produção de efeitos nas datas mencionadas, com os seguintes trabalhadores:

Com produção de efeitos a 1 de Outubro de 2011:

Elisabete Gomes Alves, Guida Maria Correia Miguel Abreu, Maria Estrela Raposo Galvão Pestana, Antónia de Jesus Mendes Cardoso de Sousa Cardona, posicionadas na 2.ª posição remuneraria, nível 15.

Cristina Lourenço Martins, posicionada entre a 3.ª e 4.ª posição e entre o nível 19 e 23.

Com produção de efeitos a 1 de Novembro de 2011:

Manuel Joaquim Ferreira Pinto, posicionado entre a 3.ª e 4.ª posição e entre o nível 19 e 23.

Sónia Cármen Correia dos Santos, posicionada na 2.ª posição remuneraria, nível 15.

Os contratos estão sujeitos a período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o disposto no artigo 78.º do RCTFP conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, suplemento n.º 42, de 2 de Março de 2010.

15 de Novembro de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luís Forte.*

205387079

Despacho n.º 16178/2011

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, e nos termos do artigo 72.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, torna-se público que foram celebrados contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum para a carreira geral de técnico superior do mapa de pessoal da Autoridade para as Condições do Trabalho, nas posições remuneratórias da tabela remuneratória única e a produção de efeitos nas datas mencionadas, com os seguintes trabalhadores:

Maria do Carmo de Lima Gomes Vasques, Rosa Francisca Aguiar Leitão e Marília Teresa Martinho Carlos Batalha, 2.ª posição remuneratória, nível 15, Paulo Rui da Silva Faria, entre a 3.ª e a 4.ª posição e entre o nível 19 e 23, Manuel Gonçalves Ferreira, 5.ª posição remuneratória, nível 27, Ana Isabel Pedroso Ricardo, 4.ª posição, nível 23, com a produção de efeitos a 1 de Março de 2011.

João Carlos Mendes da Silva, 2.ª posição remuneratória, nível 15 e produção de efeitos a 9 de Março de 2011.

Filipa Maria Azevedo Santos, 2.ª posição remuneratória, nível 15 e produção de efeitos a 1 de Abril de 2011.

Rosa Cristina Libânio Monteiro Carvalho de Oliveira, 2.ª posição remuneratória, nível 15 e produção de efeitos a 2 de Abril de 2011.

Os contratos estão sujeitos a período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o disposto no artigo 78.º do RCTFP conjugado com o n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República,* 2.ª série, suplemento n.º 42, de 2 de Março de 2010.

15 de Novembro de 2011. — O Inspector-Geral do Trabalho, *José Luis Forte*.

205387135

Direcção-Geral das Actividades Económicas

Aviso (extracto) n.º 23208/2011

Nos termos e para os efeitos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de Janeiro, na redacção conferida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de Abril, torna-se público que, após meu despacho de homologação n.º 457/2011/DG, de 09 de Junho de 2011, se encontra afixada na sede da Direcção-Geral das Actividades Económicas, sita na Av. Visconde de Valmor, 72, em Lisboa, a lista unitária de ordenação final dos candidatos ao procedimento concursal comum para preenchimento